

**Presidente**

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

Roberto de Souza Ayres

# GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 17 de janeiro de 1991

**DIRETORIA****Diretor-Presidente**

Luiz Fernando Ferreira Levy

**Diretores Vice-Presidentes**

Henrique Alves de Araújo

Roberto Müller Filho

Roberto de Souza Ayres

Página 4

## *Economia Brasil* Sobre o endógeno e o exógeno

Nos anos 70, com a emergência do primeiro choque do petróleo, duas palavras comuns entraram para o vocabulário cotidiano da maioria dos brasileiros. Foram elas endógeno e exógeno e delas as autoridades econômicas lançaram mão com largueza que exasperou os filólogos e com uma dose de oportunismo que ericou a oposição e ganhou rápido descrédito entre os economistas de fora do governo.

“Fatores exógenos”, repetiam sempre os administradores econômicos, seriam os eternos responsáveis pela incapacidade de Brasília de segurar a inflação, equilibrar o balanço de pagamentos, reduzir o déficit fiscal, implantar uma política monetária, definir uma política industrial, etc., etc., “ad nauseam”.

Os “fatores endógenos”, estruturais ou circunstanciais (secas, enchentes, por exemplo), alternar-se-iam nas posições de atores principais ou coadjuvantes, dependendo das necessidades do momento.

Hoje, diante do trágico desenvolvimento da crise promovida pelo Iraque ao invadir o Kuwait, o governo brasileiro encontra-se mais uma vez tentando a debitar a este fator

exógeno todas, ou quase todas, as responsabilidades pela penosa falta de progresso do programa de ajustamento econômico.

Este programa, que observou, na sua concepção de origem e na sua aplicação e divulgação, uma incômoda proximidade com figuras de linguagem bélicas — “abater o adversário com um só golpe”, “uma única bala na agulha”, “luta sem tréguas” —, mostrou-se uma poderosa investida endógena sobre os bolsos dos cidadãos, mas, até agora, apesar de as autoridades em Brasília controlarem todo o arsenal da guerra, quase nenhum resultado concreto foi obtido.

Logo quando da invasão do Kuwait, os economistas do governo observaram que tudo viria dando certo com o plano de estabilização, mas que o inevitável aumento dos preços do barril de petróleo reverteria a tendência de queda dos preços. O valor da pipa de óleo subiu, de fato, mas logo desceu, deixando claro que outras pressões — endógenas — eram que

estavam mesmo na raiz da inflação mensal de dois dígitos.

Credite-se ao governo, e notadamente à equipe econômica, o fato de que não se tem tentado tirar proveito político da situação do Golfo, transformando a catástrofe da guerra na mãe de todas as nossas vicissitudes. Isso talvez ajude a pavimentar o caminho para a retomada de uma ampla rodada de entendimentos nacionais, que ganha força exatamente porque uma guerra catastrófica poderá obrigar o País a soldar seus interesses internos de forma a enfrentar com a máxima eficiência a desagregação promovida por uma convulsão externa.

Estamos falando de voltar a sublinhar a importância do desgastado (mas nem por isso menos importante) pacto social, em cuja trama entra agora, com força ponderável, a pressão de eventos exógenos.

Políticos oposicionistas de bom calibre, confrontados com previsões catastrofistas pa-

ra o Brasil, haja ou não uma guerra, têm procurado lembrar seus interlocutores sobre a importância de reconhecer no presidente da República, eleito pelo voto popular, como o melhor condute para ensejar, animar e sustentar as conversações que levem ao entendimento interno que se faz imperativo neste momento de crise internacional.

Se o presidente se mostra isolado, mal servido por suas lideranças políticas, absorto com questões periféricas, cabe aos representantes da sociedade como um todo — partidos, empresários, sindicalistas, trabalhadores, etc. — o esforço de dar partida definitiva às conversas que podem levar ao consenso.

Ao governo cabe dar seqüência às medidas internas necessárias para a minimização do impacto provocado pelos fatores externos. Essas medidas vinham sendo reclamadas antes mesmo que o ditador do Iraque tivesse semeado sua “guerra santa” e desta independem. Elas são fundamentais como sinalizadoras da boa fé e disposição cooperativa de um governo encabeçado por um político apontado pela maioria dos eleitores brasileiros.